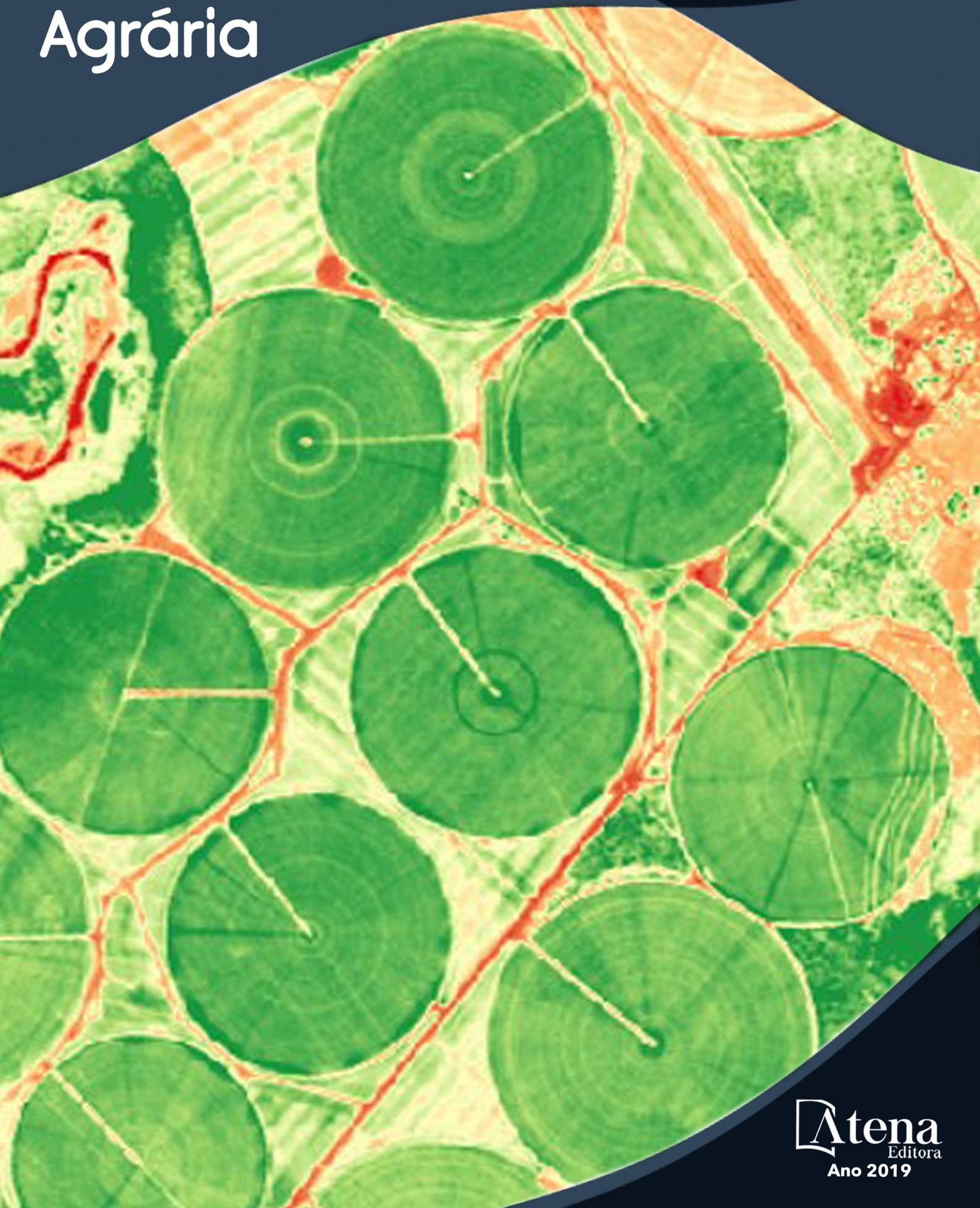


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506 1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 630.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratuba-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie". Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
CAPÍTULO 2	17
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
CAPÍTULO 3	29
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
CAPÍTULO 4	38
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
CAPÍTULO 5	50
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
CAPÍTULO 7	75
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

CAPÍTULO 8	88
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
CAPÍTULO 9	100
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
CAPÍTULO 10	112
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
CAPÍTULO 11	129
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
CAPÍTULO 12	142
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
CAPÍTULO 13	151
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
SOBRE O ORGANIZADOR	164

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

Emerson Siqueira Cavalcante Pinto

Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III - Palmeira dos Índios. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Estudos Agrários e Regionais - NEAR. E-mail: emersoncavalcante2p@gmail.com

Antonio Marcos Pontes de Moura

Mestre em Geografia, docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III - Palmeira dos Índios. Líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Estudos Agrários e Regionais - NEAR. E-mail: marcos_agraria@yahoo.com.br

RESUMO: A agricultura familiar Alagoana enfrenta dificuldade no momento de comercializar sua produção, com a finalidade de solucioná-la o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) o qual foi instituído com o intuito de garantir a comercialização da produção da agricultura familiar, assim, incentivando-a e promovendo a fixação do homem no campo. Esta pesquisa tem por objetivo principal realizar um estudo da Política de Aquisição de Alimentos – PAA focalizando as mudanças nos aspectos socioeconômicos numa perspectiva de desenvolvimento territorial promovidas nos Territórios da Cidadania alagoanos do Agreste e Bacia Leiteira. A partir de observações e

investigações por meio de pesquisa tornou-se possível diagnosticar que o PAA, articulado com outras políticas públicas, está promovendo entre a sociedade camponesa carente a geração e distribuição de renda, e, conseqüentemente, a fixação do homem no campo.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento. Política

Território.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo principal realizar um estudo da Política de Aquisição de Alimentos – PAA focalizando as mudanças nos aspectos socioeconômicos numa perspectiva de desenvolvimento territorial promovidas nos Territórios da Cidadania alagoanos do Agreste e Bacia Leiteira, para tanto, serão especificados os seguintes objetivos: Identificar as modalidades da Política de Aquisição de Alimentos predominantes em ambos os territórios; Caracterizar os aspectos socioeconômicos característicos dos territórios, bem como os caracteres de suas culturas relacionadas à produtividade; Destacar quais as principais políticas públicas presentes nos respectivos territórios. Constatar como a Política de Aquisição de Alimentos - PAA atua mediante ao público alvo.

Compreende-se que durante toda sua

história o Estado de Alagoas esteve submisso a um pequeno grupo de pessoas, constituído por grandes latifundiários que têm em suas mãos as melhores e maiores quantidades de terras, esse grupo exerce um poder político-econômico-social maléfico sobre o referido Estado, algo que justifica Alagoas apresentar um dos piores índices de Desenvolvimento Humano – IDH do Brasil.

No Brasil há uma grande predominância do latifúndio o que acaba originando, conseqüentemente, a proliferação da desigualdade social no campo. As políticas públicas voltadas ao campo surgem como uma forma de incentivo para aquelas classes camponesas, ao passo que têm como finalidade buscar fortalecê-las socialmente e economicamente. O Estado de Alagoas não apresenta uma realidade diferente da nacional, com um grande índice de concentração fundiária açucareira o estado possui sérios problemas socioeconômicos, como é destacado a seguir:

Essa concentração fundiária estabelecida ao longo dos tempos influenciou de forma decisiva a sociedade alagoana, no aspecto de sua formação territorial, na consolidação de sua economia canavieira, nos aspectos de sua dominação social e política, passando a fazer parte do aspecto cultural, através da cultura do paternalismo, da submissão e da violência. (MOURA, 2013, p.284).

Em conseqüência desse modelo nefasto de desenvolvimento econômico e social implantado em Alagoas, que prioriza a concentração de terras em prol do agronegócio, alguns setores da sociedade são prejudicados como agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas e indígenas, os quais sofrem dentre vários problemas com a exclusão social.

Com o propósito de solucionar esses problemas beneficiando essas classes camponesas tidas como marginalizadas, o governo federal acabou criando uma política de desenvolvimento territorial no país a partir da homologação do Programa Territórios da Cidadania – PTC em 2008.

O Programa Territórios da Cidadania - PTC, lançado em 2008 pelo Governo Federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, Estados e Municípios. (BRASIL, 2016).

A instauração do PTC propiciou a criação de 120 territórios em todo o Brasil. Em Alagoas, atualmente, há 8 territórios da cidadania: do Litoral Norte; do Médio Sertão; do Alto Sertão; da Mata Alagoana; do Baixo Francisco, das Regiões Lagunares, do Agreste e da Bacia Leiteira. A pesquisa em questão dará ênfase aos Territórios do Agreste e da Bacia Leite.

O Território da Cidadania do Agreste Alagoano é constituído por 16 municípios, são eles: Arapiraca, Campo Grande, Craíbas, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana e Traipu;

contendo 6 áreas de terras indígenas, 8 comunidades quilombolas, 986 famílias assentadas e 48.183 agricultores familiares. (BRASIL, 2016).

O Território da Cidadania da Bacia Leiteira Alagoana é constituído por 11 municípios, a saber: Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar e Palestina. Possui 357 famílias assentadas, 12 comunidades quilombolas e 8.657 agricultores familiares. (IBIDEM, 2016).

Na definição dos Territórios da Cidadania foram utilizados alguns critérios, são eles: Menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação. (IBIDEM, 2016).

Compreende-se que os critérios usados na definição dos respectivos Territórios tinham como virtude indicar aquelas áreas onde estão localizados os cidadãos que sempre foram vítimas do cruel sistema de desenvolvimento socioeconômico implantado em Alagoas e no Brasil, que privilegia uma pequena classe da sociedade, os dominantes, em detrimento da classe trabalhadora, os pobres.

Com a finalidade de gerar Desenvolvimento Territorial naquelas áreas que passam por várias dificuldades socioeconômicas, o PTC implantou várias políticas públicas por meio dos Territórios da Cidadania naquelas áreas onde há uma grande desigualdade socioeconômica.

Dentre essas políticas está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 no âmbito do Programa Fome Zero, tem como objetivos promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Entretanto, essa lei foi alterada pela Lei de nº 12.512 de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigor é o Decreto de nº 7.775, de 04 de julho de 2012. (BRASIL, 2016).

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O programa é executado por estados e municípios em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). (BRASIL, 2016).

A execução do PAA ocorre através de 6 modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Apoio à Formação de Estoques; Incentivo a Produção e ao Consumo do Leite; Compra Institucional; e Aquisição de Sementes. (BRASIL, 2016).

Em sua essência o PAA possui grande poder correlacionado ao fortalecimento da agricultura familiar, ao garantir a compra de seu excedente, e social, ao passo que realiza a distribuição desse excedente entre aquelas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentícia. Além disso, o respectivo programa apresenta a aptidão de promover o incentivo do cooperativismo e associativismo, a exemplo,

constatou-se que nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana, o PAA contribui consideravelmente para o fortalecimento de cooperativas e associações, uma vez que muitos agricultores que nunca trabalharam com o PAA e não sabem como concorrer aos editais do programa buscam se filiarem a essas entidades da sociedade civil com o intuito de tornarem-se beneficiários do programa.

Os Territórios da Cidadania alagoanos do Agreste e Bacia leiteira apresentam grande potencial econômico, de forma que o território do Agreste tem uma economia baseada em uma policultura, ou seja, atividades relacionadas à fruticultura, à pecuária leiteira e de corte, à produção de mandioca e seus derivados, à produção de leguminosas e hortaliças, à produção de milho e outras infinidades de produtos todos derivados da agricultura familiar. O território da Bacia leiteira carrega em seu próprio nome seu principal produto econômico, ou seja, o leite que é à base de sustentação econômica de muitas famílias agricultoras daquela região.

Em ambos os territórios políticas públicas estão sendo implantadas, as quais têm a finalidade de fortalecer suas economias, de forma a promover o desenvolvendo socioeconômico dos atores sociais que constituem as populações territoriais de ambos os territórios. Uma vez entendendo o propósito dessas políticas é importante, por meio de pesquisar, analisar como está realmente sendo implantadas essas políticas junto aos seus atores sociais, além de averiguar quais as mudanças positivas a nível socioeconômico ocorridas junto as populações territoriais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi fundamental o uso de objetos como gravador de voz, crucial para retenção de informações que deram veracidade ao conteúdo descritivo do estudo; caderneta de anotações a qual teve eficácia, uma vez que ajudou a registrar elementos que foram capitais para a formulação da pesquisa em pauta.

Foi de extrema importância para obtenção de dados de cunho quantitativos e qualitativos, acessar sites de órgãos governamentais como da Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSA) responsável por repassar recursos necessários para execução do PAA, e o site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que executa modalidades do PAA como a Compra com Doação Simultânea (CDS).

Para o êxito da pesquisa a participação nas Plenárias Territoriais do colegiado do Território do Agreste e Bacia leiteira Alagoana foi essencial para captar informações relacionadas, aos problemas enfrentados nos Territórios e às conquistas de cunho social e econômico obtidas pelas populações territoriais.

Do ponto de vista bibliográfico foram realizadas leituras e fichamentos de artigos científicos, dissertações, teses, publicações de periódicos e livros os quais

contextualizavam, sobre políticas públicas, desenvolvimento territorial, Territórios da Cidadania, agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Como um aspecto fundamental para qualquer pesquisa foram aplicadas entrevistas, com representantes de associações, de cooperativas e da agricultura familiar, por meio das quais foi possível obter condições suficientes para a construção temática deste esboço.

A partir das informações coletadas por meio de pesquisa tornou-se aplausível realizar a análise da articulação do Programa de Aquisição de Alimentos nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana, especificando suas benignidades na capacidade de promoção do fortalecimento socioeconômico do programa, bem como identificando seus entraves para tal promoção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente o agronegócio vem crescendo no Brasil com muita veracidade e apresenta-se com um problema para agricultura familiar ao ocupar grandes extensões de terras, além disso, são as melhores com um ótimo potencial produtivo, tudo isso faz com que este setor da economia brasileira saia na frente em questão de número de produtividade da agricultura familiar, entretanto, grande parte do excedente derivado do agronegócio é destinado à exportação, o que acaba fazendo com que a agricultura familiar exerça importante papel no abastecimento do mercado interno brasileiro com sua produção baseada numa policultura, que se sobrepõe à monocultura típica do agronegócio.

No Brasil as políticas públicas surgem como uma estratégia desenvolvida pelo governo que busca beneficiar aqueles atores sociais que são especificamente as vítimas de uma sociedade onde se estabeleceu uma divisão de classes por meio da qual a desigualdade social se apresenta como um dos principais males.

Através de observações feitas pode-se afirmar que a agricultura familiar possui enorme potencialidade quando o assunto é desenvolvimento socioeconômico da sociedade camponesa alagoana, por exemplo, em alagoas se tem o município de Arapiraca que apresenta um elevado número de agricultores familiares os quais apesar de possuírem pequenas extensões de terra promoveram e promovem grande dinamismo econômico no respectivo município, diferente da realidade diagnosticada em municípios onde a produção canavieira ocupa enormes extensões de terras de forma que esses municípios apresentam baixo dinamismo dentre suas populações locais.

Uma das peculiaridades da agricultura familiar é a capacidade de diversificação produtiva, algo que é extremamente necessário ao passo que a partir do momento em que se emprega uma economia baseada em uma policultura em determinada região a mesma irá se desenvolver com mais veracidade. Por outro lado, quando em uma

região existe há predominância de uma monocultura a respectiva está submissa a passar por problemas econômicos, uma vez sua economia entrando em estado de crise.

Mediante todos os problemas e potencialidades da agricultura familiar pode-se afirmar o quanto é importante buscar o fortalecimento desse setor da economia brasileira, muitas vezes desvalorizado e esquecido, por meio de políticas públicas capazes de beneficiar veridicamente esse que tanto tem a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

A categoria de território é utilizada na definição dos limites espaciais para implantação de determinadas políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Entende-se, portanto, que determinado Território da Cidadania abrange vários municípios de forma que as políticas não beneficiem apenas respectivo município, mas todos aqueles que constituem o território.

Contemporaneamente, o conceito de território enquanto política pública se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico, ao passo que busca fortalecer a economia daquelas áreas que apesar de apresentarem uma diversidade econômica acabam enfrentados vários problemas de categoria socioeconômica, ou seja, entraves para promoção de amplo desenvolvimento territorial. Correlação ao novo conceito de território empregado dentro das políticas públicas, Lopes e Costa (2009, p.12) fazem a seguinte descrição:

O novo conceito de território surge como uma estratégia de intervenção, de caráter multidimensional, valorizando diferentes aspectos das atividades desenvolvidas pelos atores sociais – agentes econômicos privados, governo, movimentos sociais e organizações não-governamentais -, fazendo-a interagir com novos processos de intervenção e participação social, para além do estritamente agrícola. Em outras palavras, o enfoque territorial passa a tomar como base critérios ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos, além da preocupação com as institucionalidades que se formam durante o desenrolar do processo de implementação das ações territoriais. (LOPES; COSTA, 2009, p.12)

Compreende-se que o conceito de território, interligado à política pública, passa a ser utilizado como uma forma de intervenção sobre os problemas de categoria social pelos quais passam as classes camponesas, a exemplo da agricultura familiar que cultiva nas menores porções de terras e tem dificuldades no que diz respeito à comercialização de sua produção.

O latifúndio açucareiro em Alagoas não promoveu o desenvolvimento socioeconômico do mesmo, ao contrário gerou uma má distribuição de terras, que, conseqüentemente, provoca a má distribuição de renda fazendo com que a cada dia problemas como a desigualdade social aumente no Estado.

As dificuldades sofridas pela população camponesa, a exemplo da má distribuição de terras, acabam fazendo com que muitos grupos que compõem a respectiva população, como assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas e agricultores familiares aderem ao de êxodo rural, que provoca um inchaço populacional

nos centros urbanos acarretando em problemas como a segregação residencial e o desemprego. O investimento em políticas públicas que, assim como o PAA, têm o objetivo de promover a fixação do homem no campo e de amenizar o problema do êxodo rural.

No Nordeste brasileiro, em especial no Estado de Alagoas, há um grande índice de agricultores familiares que aderem ao fenômeno de migração ao migrarem, temporariamente ou definitivamente, para outras regiões e estados do país, deixando sua terra natal, em busca de oportunidade de emprego e de melhores condições de vida. Entre as causas da migração da população camponesa nordestina para outras regiões do país está o fenômeno da seca, a não geração de renda e a falta de assistência governamental.

No Território da Cidadania do Agreste Alagoano a partir da implantação e articulação de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), Seguro Safra e o PAA houve uma diminuição no índice de migração de agricultores familiares nordestinos para outras regiões do Brasil, que constituem sua população campestre.

O PAA se constitui como política que tem uma essência pedagógica, pois essa contribui para a disseminação dos conhecimentos relacionados a estratégias de mercado entre membros da agricultura familiar, como é especificado adiante.

[...] se revelam no Programa seus fortes impactos pedagógicos, uma vez que o PAA possibilita aprendizados na relação das organizações com o mercado e, ao mesmo tempo, que essas organizações econômicas de base familiar acumulam experiência na gestão de seus processos técnicos, administrativos e financeiros. (BRASIL, p.49).

Os representantes de entidades como cooperativas e associações, ao trabalharem com o Programa de Aquisição de Alimentos, lidarão constantemente com determinadas negociações, envolvendo mercadorias produzidas pelos membros daquela entidade, com isso irão adquirir experiência técnica/administrativa suficiente para criar, por exemplo, estratégias de negócios, que darão sustentabilidade no momento de fechar alguma transação.

Uma figura expressa no Território do Agreste alagoano pode ser tomada como exemplo do papel pedagógico do PAA, presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca (COOPERAL) que tem como uma de suas principais políticas o PAA, a senhora Maria Jose Alves, agricultora, acabou ganhando o prêmio mulher de negócio SEBRAE – 2015 algo que expressa quanto o PAA promove a experiência em gestão dos processos administrativos/financeiros entre agricultores que representam as entidades da sociedade civil.

O PAA traz elementos em sua concepção que apontam para um redirecionamento do entendimento sobre o papel que a agricultura familiar exerce no desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas perspectivas de desenvolvimento mais equitativo, com a incorporação de setores excluídos da economia e com a valorização da atuação dos agricultores familiares enquanto atores. (MÜLLER, 2007, p. 119)

O investimento em políticas públicas, como o PAA que são executadas junto aos agricultores familiares, é uma forma encontrada pelo governo federal de valorizar um setor da sociedade que, apesar de sofrer com graves problemas sociais e econômicos, cumpre um importante papel na dinâmica econômica brasileira, sendo responsável por abastecer com seus produtos grande parte do mercado consumidor nacional.

Quando se indaga a respeito do conhecimento sobre as políticas públicas se pode contextualizar a respeito da Política de Desenvolvimento Territorial expressa nos territórios da cidadania, pois a partir da referida política foram criados os colegiados territoriais que cumprem importante papel na apresentação de políticas públicas a agricultores familiares e aos seus representantes, presidentes de associações e cooperativas. Por exemplo, no Território da Bacia Leiteira alagoana a COOPAZ - Cooperativa Agropecuária dos produtores de Leite familiar da Bacia Leiteira de Alagoas teve o primeiro contato com essa política por meio das plenárias territoriais citado território.

Um dos problemas enfrentados pelo agricultor familiar diz respeito inserção de sua produção no mercado, como especifica abaixo, quando perguntado sobre as dificuldades encontradas pelo agricultor em disseminar seus produtos no mercado e sobre a sua experiência com a figura do intermediário, o agricultor familiar residente no município de Arapiraca localizado no território do Agreste, Francisco Ferreira Ferro:

Se tem dificuldade mesmo porque nem aquele selo de licitação a gente não tem. Existe só o selo da data de fabricação e validade. A gente não pode fornecer para supermercados porque não tem código de barra... Tem uns atravessadores lá, aí as meninas venderam, o cara comprou, aí elas perderam. (2016).

A partir da fala do agricultor compreende-se que o mesmo enfrenta problema tanto relacionado à falta do pagamento do produto comprado pelo intermediário, como para conseguir obter a licitação para comercializar sua mercadoria com empresas como é o caso de supermercados.

A instauração do (PAA) trouxe benefícios para o seu público alvo beneficiário nos territórios do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana, uma vez que garante a compra dos produtos derivados da agricultura familiar sem licitação eliminando assim a figura do atravessador, o qual adquire o produto da agricultura familiar por um valor estipulado abaixo do preço de mercado.

Ao ser perguntado em entrevista sobre os valores praticados pelo PAA paralelamente aos praticados pelos atravessadores, o presidente da COOPAZ – Cooperativa Agropecuária dos produtores de Leite familiar da Bacia Leiteira de Alagoas que trabalha com o PAA junto aos seus cooperados, Sebastião Ferreira Silva Filho (2016) indaga o seguinte: “Os valores praticados pelo PAA - Leite são mais elevados do que aqueles valores obtidos pelo agricultor ao vender ao atravessador.”

Foi averiguado no transcorrer da pesquisa que o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea tem a capacidade de adquirir a mercadoria do agricultor familiar em uma quantidade bem mais elevada. Por meio de entrevista o técnico

agropecuário que atua prestando assistência técnica aos agricultores do Território do Agreste, Mamede Vitório Mota (2016) indaga que: “Na questão de quantidade o PAA compra bem mais do que os atravessadores”.

Dentre as dificuldades, no que diz respeito ao PAA, enfrentadas pelos atores sociais dos territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana está àquela relacionada ao valor liberado para a execução do programa junto ao seu público alvo, isso porque, na maioria das vezes, a renda obtida através do PAA não é suficiente para suprir todas suas necessidades.

O recurso liberado através da modalidade Apoio à Formação de Estoque é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por unidade familiar/ano. (BRASIL, 2014). Esse valor liberado por meio da modalidade Apoio à Formação de Estoque, quando dividido pelo número de meses do calendário anual, o agricultor terá uma renda mensal de aproximadamente R\$ 666,66 (seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), no caso uma renda que não chega a 1 salário mínimo, e que terá de compensar os investimentos feitos para a produção da respectiva mercadoria comercializada.

Maria Jose Alves (2016), presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca (COOPERAL), quando perguntada se há dificuldades na articulação do PAA, diz que: “Existe, a dificuldade [...] é a quantidade de [...] recurso. [...] sempre era oito mil por DAP, este ano caiu pra seis, então cada vez mais quem tá sofrendo é o agricultor, tá diminuindo a demanda dele, então a dificuldade é o Governo Federal, é aporta recursos.”

Em entrevista a senhora Maria Jose Alves, agricultora familiar e presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca (COOPERAL) que atua no Território da Cidadania do Agreste Alagoano, quando perguntada se realmente o PAA promoveu mudanças positivas na vida dos cooperados da respectiva cooperativa, relata que:

Sim, [...] eles trabalha já com sua produção toda garantida, sabendo que já tem onde ele colocar sua produção, e já encima disso ele já se planeja, como que ele vai gastar, o que vai ajudar ele e sua família, como ele pode tá se estruturando, como ele pode tá vendo pra comprar mais um trator, uma outra ferramenta que venha dar beneficiando ele na sua propriedade. [...] tem deles que já compraram carro, moto, já reformaram casa, então melhoras tem deles, que já até investiram no terreno, na própria propriedade com poços artesianos, então tudo isso já é melhoria pra eles. (2016).

A partir da afirmação da presidente da COOPERAL, Maria Jose Alves, e de observação da população beneficiária do PAA no Território do Agreste Alagoano entende-se que o PAA de fato promoveu e está promovendo mudanças na qualidade de vida de seus beneficiários.

O Território da Cidadania da Bacia Leiteira Alagoana, por estar localizado no semiárido alagoano, enfrenta grandes problemas sociais e econômicos por conta da seca, um dos setores produtivos que mais passa por dificuldades em consequência desse fenômeno é a pecuária leiteira, principal atividade econômica da região, onde em períodos de estiagem pela falta de pastagem e de água para consumo animal, o

produtor tem que comprar ração e água, por um preço bastante elevado em razão da pequena oferta e grande demanda, para manter o seu rebanho, provocando o aumento no custo de produção do leite.

Apesar de o leite ter um alto custo de produção em períodos de secas, paralelamente, o produto não apresenta um valor de mercado que supri aqueles gastos para produzi-lo. Em razão de problemas como esse, anteriormente, descrito o investimento em políticas públicas desenvolvimentistas de cunho socioeconômico, a exemplo o PAA, através de suas modalidades como o PAA-Leite a qual incentiva a produção do leite entre os pequenos agricultores garantido a compra de sua produção, traz uma perspectiva de mudança positivas para o Território da Bacia Leiteira e sua população.

O cooperativismo no território da Bacia Leiteira é bastante interessante levando em consideração o aspecto de organização social, utilizando a produção leiteira como exemplo, 1 pequeno produtor que produzir 5 litros de leite não terá oportunidade de comercializar essa produção com uma empresa, a qual dar ênfase ao médio e grande produtor, mas caso o referido produtor for cooperado de alguma cooperativa terá chance de vender sua produção mesmo sendo considerada pequena, ou seja, o cooperativismo se traduz numa forma de integração entre diferentes produtores. O PAA incentiva o cooperativismo entre pequenos produtores familiares, uma vez que compra os produtos das cooperativas.

Uma das grandes conquistas obtidas em questão de política pública no Território da Cidadania da Bacia Leiteira alagoana está relacionada à construção da fábrica escola em Belo Monte – AL via (Proinf) Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais. Essa fábrica tem como propósito promover o fortalecimento da pecuária leiteira no respectivo território por meio da compra do leite derivado da agricultura familiar por um valor similar ao da grande empresa, ao passo que a fábrica terá a finalidade de industrializar esse produto para comercializá-lo por todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação de políticas governamentais que, assim como o PAA, são instituídas com o propósito de fortalecer a agricultura familiar é de suma importância para o desenvolvimento de uma policultura mais abrangente em todo o estado, no qual há predominância de uma monocultura expressa no latifúndio açucareiro que não fornece espaço suficiente para a diversidade produtiva caracterizada na figura do agricultor familiar, e só traz malefícios para Alagoas e a maioria de sua população em benefício de um pequeno grupo.

Constatou-se que no que está relacionado à organização social de ambos os Territórios da Cidadania estudados há uma falta de interesse por parte de algumas associações, cooperativas e membros da agricultura familiar, assentamentos da Reforma Agrária e comunidades quilombolas em participar das plenárias territoriais

dos respectivos territórios. A participação desses grupos destacados em plenárias territoriais é extremamente necessária, pois as plenárias dos colegiados territoriais têm importante papel na apresentação e disseminação de diferentes políticas públicas entre as populações territoriais camponesas.

Foi identificado, ao observar a articulação do PAA nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana e outras políticas como o (PNAE) Programa nacional de Alimentação Escolar, que o Programa Territórios da Cidadania (PTC) não cumpre de forma geral o seu papel expresso pelo o governo federal em seu plano de implantação, quando é especificado que o respectivo programa tem a função de universalizar as políticas públicas entre o seu público alvo, entretanto averiguou-se que programas como o PAA não beneficia toda a população territorial agricultora de ambos os territórios.

Por meio de uma análise minuciosa tornou-se possível diagnosticar que as políticas públicas instituídas nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana estão contribuindo para o desenvolvimento territorial dos respectivos. Portanto, é necessário que as políticas voltadas ao campo, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, entre outros, não sejam obstruídas para que possam, assim, dar continuidade na promoção do desenvolvimento territorial de ambos os territórios e, conseqüentemente, na geração e distribuição de renda entre sua população camponesa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Jose. Entrevista concedida a Emerson Siqueira Cavalcante Pinto. Arapiraca – AL. 20 de Set. 2016. Gravador de Voz.

BRASIL. **Caderno de Legislação:** Programa de Aquisição Alimentos – PAA. 2014. P.41.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA – 10 anos de Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, DF, 2013. 277 p.

_____. **MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/>> Acesso em: 28 de Outubro de 2016.

_____. **PTC – Programa Territórios da Cidadania.** Disponível em: <www.territorioidacidadania.org.br/> Acesso em: 10 de Março de 2016.

FERRO, Francisco Ferreira. Entrevista concedida a Emerson Siqueira Cavalcante Pinto. Arapiraca – AL. 02 de Dez. 2016. Gravador de Voz.

FILHO, Sebastião Ferreira Silva. Entrevista concedida a Emerson Siqueira Cavalcante Pinto.

Arapiraca – AL. 02 de Dez. 2016. Gravador de Voz.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, José Eloísio Da. Contradições, Avanços e Desafios na Formação dos Territórios Rurais do Alto sertão sergipano e Agreste de Alagoas. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, José Eloísio Da. (Orgs). **Terra em Alagoas: temas e problemas.** São

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-436-8



9 788572 474368